

Informação e mediação: o encontro e o confronto dos sentidos sociais

Ana Amélia Lage Martins

As inúmeras e profundas transformações pelas quais passou e tem passado a vida individual e coletiva nas sociedades contemporâneas tornaram premente uma reflexão sobre os modos pelos quais a informação constrói a realidade.

Dentre tais mudanças assinala-se o desenvolvimento não mais afiançado pelo domínio sobre a força de trabalho e pela transformação de recursos naturais, bem como uma reformulação de questões antagônicas que inverteram o modo de produzir o desenvolvimento e de definir identidades e necessidades.

De acordo com Melucci (2001), o cenário colocado por estas sociedades cujo traço distintivo é sua alta densidade de informação - sociedades às quais nos referimos com imprecisão conceitual (pós-industriais, pós-materiais, da informação, do conhecimento) - obriga-nos a renunciar a ideia de uma realidade objetiva que deveria ser espelhada pelas informações que a reproduziriam mais ou menos fielmente.

Isso porque, segundo o autor, os arranjos cognitivos e as relações simbólicas que nos consentem vivenciar a realidade relacionam-se intimamente com as informações das quais dispomos, já que o mundo onde vivemos se tornou “irreversivelmente construído pela informação” que, em suas diversas configurações de sentido, vai compondo a realidade.

Esta idéia nutre-se da concepção de que a realidade não se conforma como um todo estruturado e acabado, e sim como um campo em disputas por formas de significação, em constante movimento que o institui. É o que assinalam Prado e Rodrigues (2008) quando afirmam que:

o real não pode ser definido como uma objetividade transparente e completa. Mas, ao contrário, deveríamos partilhar de uma conceituação do real, na qual este está sendo construído por conflitos e lutas que concorrem às possibilidades de limitar suas múltiplas significações.¹

¹ PRADO; RODRIGUES. Por que a psicologia social é política? Identidades coletivas e movimentos sociais na contemporaneidade, p.15.

Nesse sentido, a luta pelo poder de instituir o real dirige-se para a apropriação dos códigos que organizam a informação, à qual se corporifica em novo fundamento do poder nas sociedades. Um poder que se articula tanto para sustentar, quanto para forjar novas relações de dominação e resistência.

Pela ótica da teoria social de Bourdieu este confronto simbólico é dirigido pela posse do “poder simbólico”, um poder de “construção da realidade”² em que os símbolos, enquanto elementos de conhecimento e comunicação, são instrumentos de integração social, tornando possível o consenso acerca do sentido do mundo social.

Para o autor:

sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar.³

Esta faculdade de nomeação e significação do real pela informação dá-se porque esta compreende uma articulação discursiva de sentidos sociais, balizas orientadoras da atuação, da concepção e da representação dos indivíduos e coletividades frente ao real.

O sentido pode ser entendido como:

uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas - na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas - constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta.⁴

A informação está conjugada então a um intrincado processo de produção de sentidos, estes elaborados, transmitidos e disputados pelos indivíduos e grupos sociais, e que operam no âmbito da representação do imaginário social, a partir dos quais se concebem e se administram as relações.

A fixação dos sentidos sociais que nomearão e ordenarão a realidade dependerá, contudo, “na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes”.⁵

Assim, a produção social de sentidos que inaugura todo processo informacional ocorre de maneira conflitiva, processual e negociada por duas principais razões. A primeira porque o sentido não é um enunciado programático, imanente ao objeto, elaborado fora da experiência

² BORDIEU. *O poder simbólico*, p. 9.

³ BORDIEU. *O poder simbólico*. p. 8.

⁴ SPINK. *Práticas discursivas e produção de sentimento no cotidiano*, p. 41.

⁵ BORDIEU. *O poder simbólico*, p. 11.

comum, e sim um resultado sempre provisório da relação intersubjetiva, de uma relação que se manifesta no controle e na troca de subjetividades.⁶ A segunda, porque, sendo os sentidos termos pelos quais se fixam e se nomeiam dialeticamente a realidade, ou seja, seus modos de apreensão, classificação e representação, o controle sobre sua produção e circulação se constitui como o próprio alvo na disputa pela hegemonia, compreendida aqui como a prevalência de certos grupos sobre outros, que se processa por meio da organização e mobilização de sentidos específicos e dominantes que se metamorfoseiam em universais.

Circunscrita em uma totalidade em constante movimento, a informação deve ser, portanto, historicamente localizada pelo prisma das relações sociais que imprimem na mesma as marcas dos contextos sociais pelos e nos quais é produzida e por onde transita.

Assim, cada informação trará impressos os “lugares de fala” ocupados pelos sujeitos envolvidos em sua produção, recepção e expressão, decorrentes do capital simbólico, ou seja, da legitimidade socialmente reconhecida pelos sujeitos e instituições sociais, já que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”.⁷

Nas sociedades atuais vê-se uma intensa polifonia de sentidos,⁸ em que cada voz representa um “lugar de fala” que busca ver prevalecido seu próprio modo de apreender o real e, conseqüentemente, interferir nesse real.

Os sentidos arranjados e rearranjados pelo modo discursivo-informacional compreendem, assim, uma vasta malha de interlocução formada por inúmeras e conflitivas vozes que, na disputa pelo poder simbólico, se encontrarão e se confrontarão a partir das dinâmicas de mediação.

Mediação

Muitas abordagens à mediação se ancoram frequentemente na idéia de um elo que uniria pontos, os quais, por motivos diversos estariam dissociados.

⁶ CAUNE. La médiation culturelle: une construction du lien social.

⁷ BORDIEU. O poder simbólico, p. 15.

⁸ ARAÚJO. Razão polifônica.

Por este ângulo a mediação atua de modo a cerzir o tecido social que a cultura moderna ocidental cingiu em pólos opostos: o urbano e o rural; o popular e o erudito; o asfalto e a favela; a grande e a pequena tradição.⁹

No transcurso histórico da produção e recepção de objetos culturais, a idéia de mediador tendeu a designar o conjunto de intermediários pelos quais as obras ou objetos poderiam se tornar conhecidos, compreendidos e recebidos. Os mediadores atuam na circulação do sistema cultural que, ao ser complexificado, sofreu uma acentuada distinção e especialização, passando a exigir, desse modo, agentes que dessem conta das burocracias e responsabilidades atinentes ao alargado processo de produção de bens culturais.

Neste processo é reiterada a noção de mediação como o exercício destinado a promoção do acesso. “A mediação cultural agrupa o conjunto das ações que visa reduzir a distância entre a obra, o objeto de arte ou de cultura, os públicos e as populações”.¹⁰

O mediador designa ora o agente que coloca em relação diferentes públicos com certa instituição museal, ora o processo de análise e organização de conteúdo das exposições. Assim, a mediação cultural e o trabalho dos mediadores são entendidos pelo viés da ajuda, acompanhamento e intermediação.¹¹

Há nesta proposição, contudo, uma indefinição acerca da posição intermediária ocupada pelo mediador, conforme pontua Costa:

podemos entender esse mediador como aquele profissional que na cadeia produtiva da cultura trabalha com diversas linguagens, sabendo dialogar com as fontes de financiamento, os artistas e os públicos, para que tenhamos algum movimento na área cultural. De fato, essa figura faria uma mediação por estar envolta de diversos atores diferentes que de algum modo precisam entrar em comunhão num momento.¹²

Esta perspectiva levanta inúmeros questionamentos, dirigidos tanto para a natureza da mediação e para a prática que ela encaminha quanto para o lugar onde ela se efetiva e onde se insere o mediador.

Alguns críticos enxergam nesta concepção também um caráter pedagógico positivista, no sentido de que o mediador é o disseminador de saberes legitimados institucionalmente e orienta a mediação segundo uma perspectiva linear emissor/mensagem/receptor.

⁹ DUARTE, 2001.

¹⁰ BEILLEROT, 2000, p. 679 apud COSTA, 2009, p. 5.

¹¹ COSTA, 2009.

¹² COSTA, 2009, p.5.

A mediação cultural é vislumbrada por Almeida e Crippa (2008) como um processo que possibilita a apropriação e a significação de objetos e informações, bem como a instauração de dúvidas e hesitações frente aos mesmos, pois, segundo eles:

torna-se fundamental pensar em processos de apropriação e construção de significados de mão dupla, que envolvam sujeitos que, marcados, ao entrarem em contato com as produções culturais (artísticas, científicas e técnicas) também tenham a possibilidade de imprimir nessas produções suas marcas ressignificando-as e reiventando-as, em outras palavras, apropriando-se criativamente delas.¹³

Caune (2000) parte do entendimento da mediação cultural considerando que a mediação indaga sobre as relações entre os membros de uma coletividade e o mundo que eles constroem. Para ele:

no entre - dois da intenção da ação e de sua realização, na margem entre começo e fim, na tensão entre o antes e o depois, no vazio das coisas que não são mais e aquelas que ainda não são, na distância entre si e o mundo, se insere a ação e a história humanas. O conjunto desses temas ata a problemática da mediação e de sua criação.¹⁴

Por esta perspectiva o conceito de mediação deve ser concebido ao relacionar um eixo horizontal - o das relações interpessoais - e um eixo vertical, ou seja, aquele de um sentido transcendental que orienta as relações longas. Isto é, “a mediação, como projeto social, não pode se contentar em forjar ligações efêmeras, ela deve também participar da produção de um sentido que leva à coletividade”.¹⁵

Entendida como categoria dialética atrelada ao funcionamento simbólico do real e que se manifesta em diferentes formas de ações sociais¹⁶, vislumbramos a mediação em suas relações com a informação, como a dialética que promove o encontro, o confronto e o trânsito entre diferentes sentidos, códigos e universos simbólicos que se articulam em diversas expressões informacionais.

¹³ ALMEIDA; CRIPPA, 2008, p.9.

¹⁴ CAUNE, 2000, p.3.

¹⁵ CAUNE, 2000, p.2.

¹⁶ Mediação é uma categoria de extrema complexidade e utilizada por vários sistemas do pensamento. Aqui mediação é entendida como as inúmeras articulações dialéticas que promovem o trânsito, o encontro e o confronto entre diferentes universos e códigos simbólicos. Para uma revisão do conceito de mediação ver: MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010. 252f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

Como categoria dialética, a mediação convida-nos a pensar no movimento do contraposto, daquilo que se une e se afasta ao mesmo tempo na dinâmica do real, no fluxo entre diferentes lugares de fala, no deslocamento de olhares, no entrecruzamento de realidades.

Vislumbrada por este ângulo, a mediação torna-se, pois, uma categoria importante para pensarmos a dinâmica social da produção, consumo e negociação de sentidos que acontecem em diferentes ordens da experiência como no ato comunicativo, na leitura de um livro ou no contato com obras e espetáculos. A seguir, apresentamos duas experiências de informação e mediação.

Macumba Antropófaga: uma experiência de mediação

Uma inusitada experiência que combinou artes plásticas, música, teatro, dança, vídeo, artistas e moradores de Brumadinho, referenciada pelas obras de Hélio Oiticica, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, aconteceu no Instituto Inhotim, em Brumadinho.

Trata-se da Macumba Antropófaga, rito que revisita o Manifesto Antropofágico do poeta modernista Oswald de Andrade a partir da mistura de diferentes modalidades artísticas, tendo como palco, a obra penetrável *Magic Square #5*”, de Oiticica, no Instituto Inhotim¹⁷.

O rito realizado no Instituto foi resultado de uma criação coletiva da Companhia de Teatro Oficina e do consagrado diretor José Celso Martinez Corrêa, com monitores do Inhotim, jovens músicos, produtores e montadores da instituição e artesãos da zona rural e sede do município, que trabalharam no figurino. Toda a montagem aconteceu em oficinas realizadas para este fim, nas quais puderam se integrar os envolvidos no processo.

A Macumba Antropófaga impactou significativamente o público presente e de maneira muito diversificada. Isto porque, além de propor aos espectadores um encontro com diferentes elementos visuais, sonoros e imagéticos que traduziam conceitos fundadores da arte contemporânea, ela ofereceu ao público inúmeras cenas de nudez e de conotação sexual, para as quais os olhares presentes ora voltavam-se ora desviavam-se. Houve mesmo quem deixasse o Museu tamanho o desconforto diante das cenas apresentadas, ainda que o aviso a respeito de tal conteúdo tivesse sido dado previamente pela organização.

¹⁷ O Instituto Inhotim é um complexo museológico de arte contemporânea e Jardim Botânico, localizado no município de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Possui um acervo de mais de 500 obras de arte expostas em céu aberto e em galerias temporárias e permanentes, além de uma ampla coleção botânica, distribuídos em 97 hectares.

Na platéia alguns viravam os rostos, outros encaravam atentamente os corpos nus e seminus. Uma senhora vinda da zona rural de Brumadinho afirmava timidamente: “acho que vou fechar os olhos”. Em cena, diversos jovens brumadinenses que toparam a experiência de encenar o rito - que certamente suscitaria tal polêmica - se mostravam bastante envolvidos com a proposta.

Abrindo discussões colocadas por Oswald de Andrade em seu manifesto escrito em 1928, como a identidade nacional, a formação cultural do Brasil e o capitalismo no terceiro mundo, foi a nudez, certamente, um dos elementos que mais provocou os espectadores naquela tarde no Inhotim.

Talvez porque a proximidade física que proporcionou o rito seja completamente diferente do contato com a nudez que o espectador tenha em outras manifestações artísticas, como no cinema, na pintura e na escultura. Talvez porque os corpos nus despertem em alguns os sentidos da degradação, da perda da inocência e da pureza, evocados pelo pecado original (basta que nos lembremos que foi a partir dele que Adão e Eva passaram a “cobrir suas vergonhas”, conforme relata a clássica passagem bíblica). Ou mesmo porque a insinuação do nu e do erótico naquele local instigue uma redefinição das fronteiras entre o público e o privado.

Sabe-se que a nudez não se restringe ao ato de tirar ou não a roupa e está ligada intimamente ao contexto histórico e social e à percepção que cada cultura tem do corpo humano. Assim, cada sociedade delimita qual nudez é válida, em que situações é permitida, quando é artística, qual comportamento os indivíduos devem adotar diante do nu e os lugares nos quais pode ser exercida. Em alguns países, por exemplo, estar com a cabeça descoberta pode significar desnudez, enquanto que em outras culturas, colo e braços em evidência insinuam um corpo despido. Estar nu pode ser um ato natural, cultural, político e artístico.

Fato é que o espetáculo apresentado no Inhotim envolveu e revelou bem mais que a nudez. Promoveu o encontro e o confronto entre diferentes visões de mundo, universos e percepções, quando pôs a relacionar sentidos múltiplos provenientes de lugares de fala diferentes.

Neste sentido, o Magic Square e o Inhotim foram para a Macumba Antropófoga muito além de um cenário de ação. Tornaram-se, efetivamente, palco da mediação. Uma mediação que se explicita na medida em que abre possibilidades para um intenso intercâmbio de significados, códigos e visões, seja na recepção do espetáculo pelo universo variado de visitantes que lá se

encontrava, seja no percurso de produção que integrou jovens de Brumadinho, artistas profissionais, funcionários do Inhotim e artesãs da zona rural e sede do município.

Esta mediação tem como potencial a articulação de diferenças que sempre estão associadas às relações de poder, às assimetrias da ordem da economia, da cultura e da política e que se exibem nos seus mais diversificados termos, modulando as relações sociais. Pois, conforme nos lembra Velho (2001) “a interação não é sinônimo de relação pacífica e harmoniosa, [...] a própria diferença implica possibilidade de contradição”.¹⁸

Ao proporcionar o deslocamento e a interpenetração de códigos e sentidos sociais articulados em produtos de cultura e informação, a mediação atua também na ordem da representação do espaço social, um espaço que é continuamente arranjado por lógicas simbólicas que “separam, aproximam, nivelam e hierarquizam, ou em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações” (ARANTES, 1999).

Lamizet (1999) propõe um entendimento da mediação cultural situando-a na ordem de representação do espaço social. De acordo com o autor:

a mediação representa o imperativo social essencial da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação em formas simbólicas. A sociedade pode existir apenas se cada um dos seus membros tem consciência de uma relação dialética necessária entre a sua própria existência e a existência da comunidade: é o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social.¹⁹

Assim, o rito abriu possibilidades para que fossem estabelecidas vias de diálogo - provisórias e dinâmicas - entre diferentes lugares sociais e disciplinas artísticas, entre o moderno e o contemporâneo, o nacional e o estrangeiro, o conhecimento popular e o especializado, o urbano e o rural, o público e o privado, o vestido e o despido, entre Brumadinho e São Paulo do começo do século XX.

Aí está, certamente, uma atribuição fértil da mediação realizada pelas instituições ligadas a arte: proporcionar o deslocamento de olhares, o entrecruzamento de realidades, o movimento do contraposto e a interpenetração de idéias.

Esta mediação tem a característica de ser sempre aberta, dinâmica, renovável e conflitiva. Mas é ela que faz com que acervos deixem de ser estáticos e ganhem um movimento que

¹⁸ VELHO, 2001, p. 9.

¹⁹ LAMIZET, 1998, p. 9.

ultrapassa os limites físicos dos museus. É ela que torna as fronteiras mais fluidas e permite que a arte penetre o mundo da vida cotidiana, acarretando numa transformação recíproca dos sujeitos e, sobretudo, da própria arte.

Animador Comunitário: informação e mediação

A iniciativa do Animador Comunitário nasceu como uma proposta do Fundo Cristão para Crianças (FCC), uma entidade não governamental voltada ao trabalho com crianças em situação de risco social e suas famílias e que atua no Brasil desde 1966.

A ação do FCC é dirigida aos estados de Minas Gerais (BH e região metropolitana e Vale do Jequitinhonha) e Ceará, constituindo um universo de 883 comunidades urbanas e rurais atendidas, distribuídas em 102 entidades conveniadas e 65 municípios, números que contemplam 233.352 pessoas atendidas²⁰.

A organização, que é subsidiária da instituição norte-americana *Christian Children's Fund* (CCF), tem como principal forma de levantamento de recursos o sistema de apadrinhamento, em que o colaborador - isento de compromisso legal - torna-se “padrinho” de uma criança, mediante apoio financeiro²¹ para a consecução de ações coletivas que visam o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

As crianças e comunidades são assistidas por intermédio de instituições de atuação local ou regional que mantêm um convênio com o Fundo Cristão para Crianças. O trabalho é feito em parceria com essas entidades jurídicas (chamadas “entidades conveniadas”), geralmente conselhos de pais, associações de bairros, creches e grupos de apoio à criança e ao adolescente. As entidades recebem recursos técnicos e financeiros do Fundo Cristão para Crianças e compartilham uma forma de atuação comum que visa o cumprimento de programas definidos coletivamente.

As ações conduzidas pelo FCC e por suas entidades afiliadas se dão por meio de programas sociais que se sustentam em três principais pilares: educação, saúde e geração de renda.

A partir dessa base programática as entidades conveniadas apresentam, de acordo com as necessidades das comunidades, propostas e planejamento de ações para serem apoiadas financeira

²⁰ Dados de agosto de 2009.

²¹ Os “padrinhos” ou “madrinhas” não só contribuem com recurso financeiro mas têm a possibilidade de manter contato com os “afilhados” através de cartas e visitas, ambas monitoradas e controladas pelo departamento “Relacionamento Criança-Padrinho”.

e tecnicamente. O Fundo Cristão para Crianças orienta e monitora a execução das mesmas. Dentre as iniciativas podemos destacar:

- Programa Água para Vida: Voltado para comunidades que não dispõem de serviço público de abastecimento de água potável, este programa tem como ações principais a construção de açudes e cisternas domiciliares para projetos de captação, manejo e conservação de água de chuva. Junto a esse programa temos também a iniciativa Vigilantes da Água, com ações dirigidas à educação ambiental e controle da qualidade da água pelos moradores da comunidade.
- Geração de Renda: Promove e apóia tecnicamente as iniciativas de geração de trabalho e renda junto às comunidades urbanas e rurais como formação de cooperativas, grupos produtivos e economia solidária, apicultura, artesanato, hortas comunitárias, fruticultura, criação de pequenos animais e piscicultura.
- Saúde Comunitária: Ações de segurança alimentar e nutricional de crianças, orientações quanto à saúde sexual e reprodutiva e prevenção de enfermidades, acompanhamento de gestantes etc.²²

Como eixo transversal que permeia e apóia todas as ações programáticas planejadas e conduzidas pelo Fundo Cristão para Crianças e suas entidades parceiras, está a proposta programática do Animador Comunitário.

O trabalho tem como filosofia uma abordagem sócio-educativa que favorece a participação da comunidade na solução de suas próprias demandas. Os Animadores Comunitários acompanham famílias orientando-as em relação às noções de saúde, educação, nutrição, meio ambiente, além de mobilizar a população em prol da constituição de políticas públicas voltadas aos pleitos específicos das localidades. Também monitoram e coletam dados acerca da dinâmica social das famílias para que seja possível o esboço contínuo de um panorama social da comunidade²³ e conseqüentemente o planejamento de ações que priorizem os principais problemas e necessidades vividos.

Tal iniciativa nasceu em 1997 com o intuito de reunir lideranças comunitárias para o acompanhamento das ações desenvolvidas pelas organizações locais, sobretudo àquelas voltadas para a área de saúde e saneamento. Isto se deu em decorrência da implantação de um subsistema

²² FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS, 2007.

²³ O acompanhamento envolve um mapeamento assíduo dos principais eventos ocorridos no âmbito das famílias tais como: nascimentos, mortes, doenças, migrações, além de pesagem e acompanhamento nutricional das crianças.

de acompanhamento e avaliação das ações básicas de saúde²⁴ e educação que eram conduzidas pelo FCC e suas entidades conveniadas. Tal subsistema, cujo nome é AIMES (*Annual Impact Monitoring and Evaluation System*), é parte integrante de um sistema mais abrangente de monitoramento e avaliação de impacto, o PMT (*Project Management Tool*) adotado pelo Fundo Cristão para Crianças em 1996.

Pautando-se nos objetivos definidos pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e visando responder prioritariamente às metas concretas de redução: a) dos coeficientes de mortalidade infantil e de mortalidade na infância; b) da taxa de desnutrição das crianças menores de cinco anos; c) do índice de analfabetismo na população maior de 15 anos, o Fundo Cristão para Crianças implanta uma “Proposta de Capacitação dos Animadores Comunitários” cujas balizas compreendem:

ações sugeridas pelas organizações internacionais e aplicadas pelas várias OG’s e ONG’s: ações para incentivar o aleitamento materno; acompanhamento da gestação; vacinações da criança e da gestante; acompanhamento do desenvolvimento da criança; o controle da desnutrição e o enriquecimento da alimentação; o controle das diarreias através do uso do soro caseiro e das medidas de saneamento básico, o controle das infecções agudas respiratórias, particularmente as pneumonias, incentivo às famílias para matriculem os menores de 15 anos nos cursos formais e informais existentes na comunidade; projetos de geração de renda e participação no controle social para que os animadores pudessem influir nas políticas públicas municipais.²⁵

A intenção da organização ao propor a capacitação dos agentes que se tornariam Animadores Comunitários era orientar, acompanhar e monitorar, de forma efetiva, as comunidades no encaminhamento das ações de intervenção social definidas coletivamente.

De acordo com a Proposta de Capacitação do Animador, a dinâmica de escolha dos agentes é orientada em conjunto com os conselhos de pais, as equipes das entidades e as famílias das comunidades. De modo geral, tem-se que desde a época de implantação da iniciativa os

²⁴ Denominam-se “ações básicas de saúde” as orientações consideradas “simples” tais como: acompanhamento da gestação, incentivo ao aleitamento materno, acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento da criança, incentivo às imunizações, controle das diarreias e terapia de reidratação oral (T.R.O.), o controle das infecções respiratórias agudas (I.R.A) como a pneumonia, a segurança alimentar, dentre outras. No que se refere às “ações básicas de saúde”, o Fundo Cristão para Crianças e suas entidades afiliadas tinham à época como diretiva de ação a meta “Saúde para todos no ano 2000” proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 1978 na “I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde” realizada em Alma-Ata. A meta recomendava a adoção de um conjunto de oito *elementos essenciais*: educação voltada aos problemas de saúde predominantes e métodos para sua prevenção e controle; promoção do suprimento de alimentos e nutrição adequada; abastecimento de água e saneamento básico apropriados; atenção materno-infantil, incluindo o planejamento familiar; imunização contra as principais doenças infecciosas; prevenção e controle de doenças endêmicas; tratamento apropriado de doenças comuns e acidentadas; e distribuição de medicamentos básicos. (GOSS, 2000)

²⁵ FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS, 2002; p.4.

agentes comunitários são, em sua maioria, mães de crianças inscritas no sistema de apadrinhamento que residem na comunidade em que atuam²⁶.

A proposta programática de formação das Animadoras Comunitárias tem como filosofia uma abordagem pedagógica que coloca em destaque o papel da informação e do conhecimento como baluartes do processo da intervenção social.

No documento de formação das agentes comunitárias destaca-se a importância do “conhecimento acerca da realidade”²⁷ para que os agentes desenvolvam “competência teórica e prática” no confronto com os problemas. Ressalta também a necessidade da “continuidade da intervenção” que, de acordo com a proposta de capacitação, seria proporcionada pelo fato de os agentes pertencerem à própria comunidade, já que “a difusão de informações e práticas ocorre de modo mais freqüente e efetivo entre fontes e receptores similares, visto que os indivíduos do mesmo grupo compartilham significados (representações) comuns, mesma linguagem e possuem as mesmas características sociais”.²⁸

Há nele delineado, ainda, o escopo das ações do Animador Comunitário que deve incluir visitas semanais às famílias para:

conhecer de perto a sua realidade de vida e tentar integrar **as informações com os elementos da realidade social de cada uma**, buscando um união entre teoria e prática; para discutir com os pais questões de seu interesse, tais como: aleitamento materno, pré-natal, parto, alternativas alimentares, vacinação, soro caseiro, pesagem, educação essencial, saneamento, geração de renda, saúde dos doentes, vida escolar das crianças, acidentes, planejamento familiar, cidadania e muitos outros. Propõe-se o acompanhamento em média de 10 a 20 famílias por agente comunitário. As visitas possibilitam criar laços de amizade e de confiança com as famílias- o que é fundamental para o trabalho dos Animadores Comunitários.²⁹

Abrangendo uma vasta gama de temáticas que vão desde orientações práticas em relação “às ações básicas de saúde”, incluindo discussões sobre os direitos da criança e do adolescente, até a mobilização social da comunidade para participação na definição de políticas públicas do município, as atividades delegadas às Animadoras Comunitárias têm como fio condutor o

²⁶ O elevado número de mulheres como agentes comunitárias se explica, em parte, no fato de que historicamente o ato de cuidar sempre esteve delegado ao “fazer feminino”, já que no imaginário social atributos e sentimentos como compaixão, paciência, solidariedade – próprias ao ato de cuidar– eram relacionadas ao universo feminino. (COSTA, 2002). Outro indício revelador é o de que comumente em áreas rurais, como as do Vale do Jequitinhonha, enquanto os homens migram para o trabalho temporário, sobretudo para o corte da cana-de-açúcar no interior de São Paulo e colheita de café no sul de Minas Gerais, as mulheres permanecem fixas na localidade, cuidando da casa, das atividades de subsistência e dos filhos.

²⁷ FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS, 1996, p. 15.

²⁸ FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS, 1996, p. 15.

²⁹ FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS, 1996, p. 16, grifo do documento.

compartilhamento de informações entre as agentes e os pais das famílias acompanhadas, procedimento visto como propulsor da construção de conhecimentos que orientem ações de mudança social.

Trata-se de um saber comprometido com a mudança para a ação concreta em benefício de si mesmo e da comunidade. E mais, de saber com prazer, nos permitindo descobrir, inventar e até mesmo fazer coisas diferentes.³⁰

Para que a ação se efetive por meio da interação informacional, o Fundo Cristão para Crianças e suas entidades conveniadas propõem às agentes “encontros de capacitação”. Neles as Animadoras Comunitárias são orientadas, a partir de abordagens pedagógicas, por técnicos e profissionais especializados que tratam das inúmeras temáticas que pautam a discussão e a vivência com as famílias acompanhadas.

A intenção desses encontros, de acordo com o Fundo Cristão para Crianças, é promover a aproximação entre diferentes formas do saber (conhecimento empírico e conhecimento científico), de modo que as agentes obtenham o principal insumo da mobilização ou “animação” comunitária: informação.

Pensando em mudança é preciso repensar também a pedagogia. Rever a pedagogia transmissora, repassadora de informações (palestras, folhetos, campanhas) geradora de tensões entre os **agentes facilitadores** da transformação e os **sujeitos de transformação** (mães, pais e outras pessoas na comunidade) e ir construindo uma pedagogia libertadora que privilegie as falas e as vivências das pessoas envolvidas e crie espaços para a reflexão e para as mudanças nas maneiras dessas pessoas verem, compreenderem e agirem.³¹

O trabalho das Animadoras Comunitárias se baseia na interação com as famílias a partir do compartilhamento/confronto de informações cujo objetivo é a construção coletiva de sentidos destinados à leitura da realidade vivida pelos sujeitos e à condução de ações visando alcançar melhores condições sociais e materiais de vida.

Para que a prática de mediação se efetive há um processo de capacitação continuada dos (as) Animadores (as) cuja filosofia é o:

desenvolvimento da habilidade de ler crítica e criativamente as mudanças dos contextos sociais, culturais e políticos: estimular na pessoas a curiosidade e a vontade de aprender sempre mais; porém existe uma característica diferente no aprender. Não se trata, nesse caso, de aprender pura e simplesmente. Trata-se, isso sim, de um saber comprometido com a mudança para a ação concreta em benefício de si mesmo e da comunidade. E mais, de saber com prazer, nos permitindo descobrir, inventar e até mesmo fazer coisas diferentes.³²

³⁰ FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS, 1996; p. 3.

³¹ FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS, 1996, p.3; grifo nosso.

³² FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS, 1996; p.3.

O trabalho das Animadoras Comunitárias indica um percurso por lugares distintos, o que implica na circulação por diferentes esquemas institucionais e sistemas simbólicos. Assim, as Animadoras Comunitárias, como intervenientes do processo da mobilização, estabelecem uma mediação entre diversos domínios como: a) famílias das comunidades nas quais atuam; b) grupo de especialistas que orientam as capacitações; c) local às quais estão filiadas e) a organização internacional Fundo Cristão para Crianças; f) outros ambientes da experiência como as mídias e os grupos religiosos.

Estes domínios, que compõem a cena da intervenção social na qual atuam as Animadoras, são produtores de informação e representam ordens do saber distintas. A atividade dessas agentes é assinalada, pois, por trânsito por diferentes lugares, ou uma mediação, que promove uma interlocução entre múltiplas informações e arranjos discursivos.

Nos lugares onde atuam instituições e grupos voltados à mobilização social, como no Vale do Jequitinhonha, vemos a presença de uma ampla rede de sentidos em disputa onde cada voz:

corresponde a discursos específicos que são produtos de lutas anteriores. A voz da saúde, por exemplo, é produzida no âmbito do discurso higienista, que disputa ferrenhamente espaços com outros discursos circulantes: o da promoção da saúde, o do direito à saúde.³³

Desse modo, a construção de conhecimentos para intervenção social sustentada pela informação se apresenta, sobretudo, como um processo tenso e dinâmico, a partir do qual indivíduos e coletividades (ocupantes de diferentes “lugares de fala” no espaço social) devem negociar suas concepções e apreensões de mundo, dinâmica orientada pela posse do “poder simbólico”.

Assim, a mobilização social, seus recursos e mecanismos simbólicos, são articulados neste terreno caleidoscópico de sentidos, discursos e práticas que se entrecruzam e se sobrepõem.

Ao proporem formas de produção, difusão e mediação das informações, os atores da intervenção e mobilização social estão, antes, negociando as formas de ler, interpretar e nomear a realidade para que possam compartilhar seus sentidos e prosseguir suas ações voltadas à transformação social. A proposta de atividade das Animadoras Comunitárias pode ser lida a partir desse contexto.

³³ ARAÚJO, 2003; p.49.

De orientação tanto difusionista (ou transferencial) de informações, quanto humanista (ou dialógica), a iniciativa de mobilização por intermédio das agentes comunitárias propõe novos espaços onde estão intrincadas diferentes experiências e ordens do saber (e porquanto do poder). Estes espaços de produção do conhecimento se assinalam como *locus* políticos nos quais se encontram e se afastam demandas oriundas dos atores sociais e exigências do sistema permanecendo, portanto, como espaços abertos ao confronto e à negociação de sentidos.

Referências

ARAÚJO, Inesita Soares de. Razão Polifônica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 8, p. 46-57, jul./dez. 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAUNE, Jean. La médiation culturelle: une construction du lien social. *Revue les Enjeux de la Communications*. 10 p. 2000. Disponível em: <http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2000/Caune/Caune.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2009.

DUARTE, Luiz Fernando. Comentários. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (Orgs.) *Mediação, cultura a política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 127-136.

FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS. *Relatório Anual*. Belo Horizonte, 2007.

FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS. *Animador Comunitário: uma proposta de capacitação continuada*. Belo Horizonte, 1996.

FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS. *Avaliação da Proposta de Capacitação: um estudo descritivo*. Fortaleza, 2002.

GOSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 5, n. 1, 2000.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001. 199p.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; RODRIGUES, Cristiano Santos. Por que a psicologia social é política? Identidades coletivas e movimentos sociais na contemporaneidade. In: ROSA, Edinete

Maria; SOUZA, Lídio; AVELLAR, Luciane Zacché Avellar. (Org.). *Psicologia social: temas em debates*. Vitória: Abrapso, 2008, p. 11-28.

VELHO, Gilberto; KUSCHINIR, Karina. (Orgs.). Apresentação. In:_____. *Mediação, cultura a política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 9-11.